

SICAD apresenta modelos de intervenção em meio laboral:

Micro, pequenas, médias empresas e autarquias já têm linhas para intervenção em CAD

Decorreu no dia 21 de Fevereiro a apresentação pública dos documentos “Consumo de substâncias psicoactivas reflexos em meio laboral - Guia prático para a intervenção em micro, pequenas e médias empresas” e “Modelo de intervenção em comportamentos aditivos em autarquias, municípios e serviços municipalizados”.

A sessão decorreu no Auditório dos Serviços Sociais da CM Lisboa e contou com as presenças de João Goulão, Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, Manuel Cardoso, Subdiretor-Geral do SICAD, Nuno Prata, Director do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança da CML, Jorge Manuel Barroso Dias, Presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina do Trabalho, Carlos Silva Santos, Coordenador Nacional do Programa de Saúde Ocupacional da DGS, Mário Castro, Director do DMI do SICAD e Membro do Grupo Restrito de Intervenção em Meio Laboral, Carlos Cleto, Técnico Superior do SICAD e Membro do Grupo Restrito de Intervenção em Meio Laboral.

A adopção de programas de prevenção dos problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências e particularmente ao consumo de substâncias psicoactivas beneficia as empresas e outras organizações. Vários estudos epidemiológicos demonstram que a incidência de problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoactivas depende das quantidades consumidas e dos padrões de consumo: de um modo geral quanto maior for o consumo, maior a probabilidade de ocorrência de problemas como os acidentes, o absentismo, a violência e o assédio. Além disso, a implementação de um programa de prevenção é menos onerosa do que as eventuais despesas com o tratamento ou a reparação de danos relacionados com os comportamentos aditivos. Deste modo, a produtividade e a competitividade das organizações aumenta.

Na abordagem ao consumo de substâncias psicoactivas nos locais de trabalho, o enfoque tem sido, tradicionalmente, colocado no tratamento e reabilitação dos trabalhadores dependentes. Contudo, a maioria dos trabalhadores não é dependente de substâncias psicoactivas, Ainda que possam ocorrer consumos nocivos ou intoxicação aguda, por álcool ou por outras substâncias psicoactivas.

Os progressos que a evidência científica tem vindo a consagrar no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências contribuíram para a compreensão e para a visão holística destes fenómenos. Assim, a prevenção e a intervenção no consumo de substâncias psicoactivas em meio laboral devem ser encaradas como um investimento das organizações e não um custo, face às vantagens em termos profissionais, pessoais e familiares dos trabalhadores e empregadores, com potencial reflexo a nível da produtividade e da qualidade de vida no trabalho.

Na continuidade do IDT. IP, que desenvolveu com outras organizações públicas e privadas um instrumento estruturante na dinâmica de intervenção nacional neste âmbito, o documento “Segurança e Saúde do Trabalho e a Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoactivas: Linhas Orientadoras para a Intervenção em Meio Laboral”, o SICAD desenvolve actualmente intervenções direccionadas, directamente, ao setting meio laboral, nomeadamente o “PROJECTO EURIDICE” numa parceria com a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN), empresas e autarquias e Administrações Regionais de Saúde. No âmbito deste projeto foram dinamizadas intervenções estruturadas em entidades empregadoras do sector privado, empresas do sector público empresarial e em autarquias. Esta metodologia desenvolve-se através de ações integradas que incluem diagnóstico organizacional, uma vertente formativa e informativa e a articulação com ser-





viços locais de resposta clínica. De salientar que o protocolo com a CGTP-IN foi revalidado pelo SICAD em Dezembro de 2012.

Os objetivos estratégicos da intervenção em meio laboral consistem em apoiar os trabalhadores e as empresas na minimização da problemática dos comportamentos aditivos, através da sensibilização para colocar na “agenda” das políticas de segurança e saúde das empresas este tema e na ajuda na elaboração e implementação de medidas efetivas tendentes à redução e controle do problema.

O SICAD possui uma equipa que tem realizado análises de programas e projetos de intervenção provenientes de empresas, bem como de documentos conceptuais e organizativos, emitindo os respetivos pareceres e propostas de desenvolvimento. O SICAD participa também em dois projetos internacionais: European Workplace and Alcohol e no Ad Hoc Expert Group on the Prevention of Drug Use in the Work Place. Destes projetos resultaram dois documentos orientadores abrangentes que têm em conta as diferentes culturas, políticas públicas e referenciais legais de diferentes países europeus participantes: Toolkit for alcohol-related interventions in workplace settings; Reference Framework for the Prevention of alcohol and drug use in the workplace.

Quanto aos documentos apresentados, o Guia prático para a intervenção em micro, pequenas, médias empresas, visa abordar a prevenção e a intervenção nesta área, para evitar, reduzir ou resolver estes problemas. Para facilitar a leitura, o documento foi organizado sob a forma de perguntas (mais frequentes) e as respectivas respostas. Todas as actividades profissionais comportam riscos, embora em algumas os riscos sejam mais significativos que noutras. Deste modo, a intervenção dos serviços de segurança e saúde no trabalho não deve estar apenas focada na exposição

aos factores de risco profissionais, mas contemplar ainda outros componentes que podem agravar ou potenciar esses riscos.

Já o Modelo de Intervenção sobre Comportamentos Aditivos nas Autarquias, Municípios e Serviços Municipalizados, constitui-se como um documento de referência para a intervenção nesta matéria. A sua construção reflecte o trabalho desenvolvido até à data na intervenção em autarquias e empresas, bem como a exequibilidade da metodologia utilizada.



MANUEL CARDOSO

“Saber que os consumos de bebidas alcoólicas de risco diminuem é um ganho”

“Queria dar os parabéns aos colegas que geriram o processo de produção dos documentos apresentados hoje, o Dr. Mário Castro e o Dr. Carlos Cleto e dizer que estes documentos são o segundo e terceiro de um mesmo processo de criação de condições e de indicações para a intervenção em comportamentos aditivos em meio laboral. O processo de construção não é feito ao nível do gabinete. São documentos produzidos com todos os parceiros directamente interessados no processo, desde os trabalhadores, os empregadores, as centrais sindicais, a Comissão Nacional de Protecção de Dados, as autarquias e, portanto, os documentos aqui apresentados são claramente a manifestação daquilo que parece ser o mais importante e o mais fazível em cada momento.

Num primeiro documento, já apresentado há uns anos, tratávamos da intervenção nas grandes empresas e, hoje, são apresentados dois documentos, um de intervenção nas pequenas, médias e micro empresas, quer com indicações para os empregadores, quer para os profissionais e outro de intervenção nas autarquias e nos serviços municipalizados. Em suma, três documentos em que o objectivo é claramente o mesmo.

Obrigado a todos os membros que estiveram na comissão restrita que elaborou estes documentos, que não são assim tão simples de construir e consensualizar.



Quando pensamos em meio laboral e utilização ou consumo de substâncias psicoactivas e quando falamos de substâncias ilegais, tendencialmente, a expressão é toxicodependente e, quando falamos de consumo de álcool, a tendência é falar de alcoólico... Sabemos que a substância psicoactiva em si, ao agir sobre o sistema nervoso central, faz com que não precise de chegar a extremos, nem a alcoólico nem a toxicodependente, para que haja efeitos. Existem efeitos agudos, na maior parte das vezes prejudiciais ao desempenho, neste caso do meio laboral, e os riscos que, quer os profissionais, quer os colegas correm sob o efeito desses consumos é sempre significativo e tem sempre de ser tido em conta. E temos de nos preocupar não só com os consumos mas igualmente com as percepções para as razões dos mesmos e se existe algo mais por detrás dos consumos que seja igualmente necessário abordar para que o cidadão esteja em perfeitas condições de saúde para poder laborar e estar bem. Para mim, enquanto médico de saúde pública nesta função, saber que os consumos de bebidas alcoólicas de risco diminuem é um ganho. Saber que a intervenção que se possa fazer em meio laboral vai permitir que tenhamos profissionais mais saudáveis, em famílias mais saudáveis e em empresas com maior capacidade de produção é um ganho”.



MÁRIO CASTRO

“Sensibilizar todos para os problemas de saúde”

Hoje foi apresentado o Manual de Intervenção em Meio Laboral para Micro, Pequenas e Médias Empresas, como foi até chegar aqui?

Mário Castro (MC) – Foi difícil... até porque os objectivos dos parceiros nem sempre são coincidentes. Embora concordem relativamente ao básico (a prevenção e redução dos comportamentos aditivos), o modo que preconizam para atingirmos o que todos



pretendemos não é idêntico, o que levantou discussões vivas e ricas, algumas mais amigáveis e outras menos mas conseguimos chegar a um consenso no essencial.

Sendo certo que as corporações são normalmente adversas à mudança, pergunto-lhe se foi isso que constatou...

MC – Sabemos que existem determinados privilégios que as pessoas tendem a gostar de manter... Embora o denominador comum seja a saúde, existem outros aspectos que os diferentes actores consideram igualmente importantes... Este processo de elaboração de documentos, de modelos e guias é um contínuo mas lento. No fundo, pretendemos criar uma massa crítica que considere este problema importante e o vá aplicando na medida das suas possibilidades e disponibilidade.

Que implicações representa o consumo em meio laboral?

MC – A maior parte dos documentos aponta para uma maior sinistralidade laboral, para uma diminuição da produtividade, para um desempenho baixo e para um absentismo mais elevado do que na maior parte dos trabalhadores, para saídas mais precoces do local de trabalho, entradas tardias, uma maior conflitualidade, que pode chegar à violência...

E que ganhos poderão advir da intervenção em meio laboral?

MC – Se houver um programa transversal, que abranja todos os trabalhadores, naturalmente que produzirá reflexos quer na produtividade, quer na diminuição da sinistralidade, quer mesmo no comportamento dos diferentes trabalhadores.

As micro, pequenas e médias empresas têm muita dificuldade em responder a esta problemática do consumo abusivo... O que se poderá fazer?

MC – É verdade que existe essa dificuldade... Penso que o caminho passa por sensibilizar cada vez mais os empregadores, os actores chave do meio laboral, quer a nível da própria empresa, quer a nível das estruturas que intervêm a nível empresarial, como os sindicatos e as associações patronais para este problema, que é de saúde e é de todos nós. Essa é uma questão já assumida por muita gente mas não por todos... O alcoólico ou o indivíduo que abusa de cannabis continua a ser encarado não como doente mas como um marginal... O que se pretende é fazer uma reversão destas noções e transformá-las cada vez mais naquilo que realmente são: problemas de saúde.



**CARLOS CLETO**

“As Autarquias são parceiros importantes”

Que papel poderão desempenhar as autarquias nesta intervenção em parceria no meio laboral?

Carlos Cleto (CC) – Têm um papel importantíssimo, desde logo porque são entidades empregadoras e, como são também entidades públicas, têm uma responsabilidade social acrescida. Quanto ao que podem fazer para desenvolverem projectos no seu seio, habitualmente, o que acontece é entrarem em contacto com o SICAD ou com os CRI da sua região, iniciando-se um processo de criação de um plano interno de resposta às situações, tanto no âmbito da prevenção, como em termos de resposta a casos de trabalhadores sinalizados com algum problema. No caso de existir medicina no trabalho bem organizada na câmara municipal, articulam-se muitas vezes essas respostas com as nossas respostas públicas dos CRI, das unidades de alcoologia, das comunidades terapêuticas e connosco, SICAD, não só como organizadores de documentos base como dinamizadores de intervenções locais. Nós encontramos na população laboral os mesmos padrões e as mesmas intensidades de consumo que na população geral. Ao responderem às suas questões internas, às eventuais problemáticas que tenham, as câmaras municipais estão a responder em simultâneo à população geral porque parte desta está empregada ou poderá ser. Mas as câmaras municipais também são parceiros importantes no apoio a IPSS ou a empresas que queiram desen-

volver trabalho de promoção da saúde, prevenção dos consumos de álcool e substâncias psicoactivas no local de trabalho e poderão ser ainda uma ligação entre algumas pequenas empresas e os CRI. Tudo isto depende muito das dinâmicas que se criam nos territórios.

Isso também se aplica ao nível da junta de freguesia?

CC – As juntas de freguesia sempre estiveram no nosso plano inicial... Por isso, o nosso documento não se chama intervenção para as câmaras municipais... Inclui câmaras municipais, juntas de freguesia, serviços municipalizados, empresas públicas municipais e todos estes intervenientes nesta dinâmica social têm uma resposta. Muitas vezes, o pedido que chega ao SICAD não vem da câmara municipal mas antes da junta de freguesia. Depois, nesta dinâmica de trabalho, começamos a envolver as juntas de freguesia, a câmara municipal e os serviços municipalizados. Quanto mais abrangente for o plano, a mais pessoas chegamos, não só em termos de prevenção como em termos de eventual acompanhamento.

Relativamente a esta intervenção em autarquias também participaram como parceiros os sindicatos?

CC – É um ponto assente que em intervenções com as autarquias ou com empresas estejam todos os actores chave da organização. Isso implica que esteja a direcção de uma autarquia, os eleitos, os directores, os representantes da higiene e da segurança para o trabalho e os representantes dos trabalhadores, sindicatos, sejam eles quais forem. Se todos estivermos a remar para o mesmo lado e se todos formos actores do desenvolvimento de políticas que favoreçam a saúde dos trabalhadores, mais facilmente conseguiremos atingir os nossos objectivos. Não só os eleitos querem a promoção da saúde dos seus trabalhadores como os próprios sindicatos querem a promoção da saúde dos seus associados e nós, representantes da saúde, queremos que aumente a qualidade de vida dentro e fora do local de trabalho dos trabalhadores.